

PRÁTICA DOCENTE COMO REFLEXO DA SAÚDE: UM ESTUDO COM OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BA

Andresa Cardozo Correia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A presente pesquisa, visa apresentar os resultados de um trabalho que está em sua fase de conclusão, no qual teve o intuito de observar como as condições de saúde de 9 educadoras da etapa de educação infantil da rede municipal de ensino na cidade de Jequié, Região do Sudoeste da Bahia, pode repercutir na prática pedagógica e qualidade da educação. Com esse trabalho, foi possível realizar reflexões acerca do papel do professor enquanto sujeito e agente social, as opiniões dos mesmos em torno do contexto educacional em que atua, bem como, a visualização do quadro de bem-estar destas profissionais. Foi possível, ainda, constatar a necessidade de novas discussões políticas em torno da temática de saúde e bem-estar dos educadores no campo educacional, como também, a promoção de diálogo sobre a temática dentro dos cursos de formação.

Palavras chave: Educação Infantil. Prática docente. Saúde.

Introdução

Os educadores brasileiros, atualmente, têm lidado com grandes adversidades no campo educacional e com isso desencadeando descontentamentos e até mesmo adoecimentos dos mesmos no processo laboral, possivelmente o fator contribuinte está em decorrência do mal-estar docente, expressão usada pelo autor Esteve (1999 Apud SOUZA e LEITE, 2011) no qual “classifica as causas do mal-estar docente em a) fatores primários: aspectos que agem diretamente sobre a ação do professor, gerando tensões e sentimentos negativos e b) fatores secundários (condições de trabalho que agem indiretamente sobre a imagem do professor)” Podem ser destacados como alguns desses fatores, os baixos salários, longa jornada de trabalho, superlotação das salas, falta de recursos, falta de autonomia, acúmulo de trabalho, carga horária extensa, ausência de valorização e tantos outros. Mesmo diante das tensões e insatisfações existentes no decorrer da carreira, sempre é exigido do professor, principalmente dos educadores da educação infantil, inovações, criações, adaptações no que se refere sua prática em sala de aula e além dessas demandas, os educadores acabam tendo que lidar com outras questões que envolvem e exigem muitos dos seus aspectos emocionais e comportamental. Assim como afirma, Oliveira (2003 apud GOUVÊA, 2016. p. 210) “explica sobre os vários papéis que o professor precisa desempenhar e que estão para além de sua

formação, isto é, ele desempenha funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.” Por se tratar da criança pequena as responsabilidades e atenção com essa faixa etária é cada vez mais constante e cobrada pelos pais, comunidade e gestores. Fatores como esses podem provocar frustrações e afetar diretamente a saúde do educador, causando desânimo pela profissão, pensamentos negativos sobre si e sobre a sua conduta no trabalho e desenvolvendo um esgotamento físico e mental tornando essa rotina mais exaustiva. E por ser um cenário que passou a ser visualizado e estudado com maior profundidade nos tempos atuais, por muitos pesquisadores, e principalmente pela confederação nacional de trabalhadores da educação (CNTE) “[...] movimento sindical docente começou a ter a necessidade de conhecer melhor as condições de trabalho enfrentadas pelos professores no país e quais relações elas teriam com os processos de adoecimento desses profissionais.” (GOUVÊA, 2016, p. 208), muitos gestores, ainda, não tem uma formação e capacitação adequada para lidar com os profissionais adoecidos seja fisicamente e/ou mentalmente.

Portanto do presente artigo, visa apresentar os resultados de uma pesquisa – que ainda está em andamento, em sua fase de conclusão – no município de Jequié na Bahia, a fim de perceber o estado de saúde que se encontra os educadores da educação infantil e se este fator pode estar refletindo ou correlacionado com as condutas docente em sala de aula. Sendo assim, compreender como se dá essas relações no trabalho dos educadores da educação infantil da rede pública do município de Jequié, se insere como campo de interesse, devido esta etapa da educação estar diretamente ligada a fase mais importante do desenvolvimento infantil, como apontam as teorias sociointeracionistas de autores como Piaget, Wallon e Vygotsky “ [...] através do contato com seu próprio corpo, as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade e a autoestima, raciocínio, o pensamento e a linguagem” (FELIPE, 2007, p.27) e fato desse processo de desenvolvimento da aprendizagem necessitar da mediação adequada do professor. E como exposto anteriormente, pesquisa terá como eixo norteador os educadores da etapa de educação infantil, por ser uma das etapas que necessita de atenção e cautela por parte do professor.

Professores da Educação Infantil

Com o reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, a LDBEN, proporcionou grandes transformações educacionais voltada à esta etapa da

educação, muitas políticas foram implementadas e com ela, a formação de profissionais para atuar na creche e pré-escola.

[...] O acesso ao financiamento pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) permitiu o investimento em estrutura física e humana mais adequada à criança; e demarca outros ganhos como a exigência de formação dos profissionais na área da educação [...] (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 813).

No que se refere a formação de professores, “A formação acadêmica de professores, inicialmente não tratava da educação infantil como categoria do ensino, e não se pensava em formar profissionais “qualificados” para trabalhar com a criança pequena.” (CONCEIÇÃO; BERTONCELI, 2017, p. 65). Essa formação era destinada especificamente, ao ensino fundamental, que buscavam introduzir as habilidades de leitura e escrita aos educandos. Pode notar-se, que não existia uma formação específica para educação infantil. “[...] partiu de uma verificação de que grande parte dos profissionais que atuavam nas creches e pré-escolas, no contexto em que a lei foi elaborada, não tinha sequer a formação em nível médio, sendo que um número significativo de pessoas não possuía o ensino fundamental completo.” (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 817). Foi pós LDBEN que começou a haver mudança na formação desses profissionais, “Com a aprovação da Lei nº. 9.394/96, uma série de medidas foram tomadas, com o intuito de possibilitar uma formação que atendesse a um grande contingente de profissionais como forma de efetivar as prerrogativas legais.” (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 817). Novos caminhos para o avanço para os profissionais do segmento da educação infantil começam a ser traçados ao sistema brasileiro.

[...] em conformidade com a LDB 9.394/1996, passam a haver novas exigências formativas. As profissionais efetivas da educação infantil, mobilizadas pela gestão municipal, que visava atender às exigências legais da legislação federal para formação acadêmica, realizam cursos de formação profissional. A formação foi efetuada através de Curso Normal, Normal Superior e Pedagogia, realizados prioritariamente à distância, ofertados por diversas instituições privadas. (CONCEIÇÃO; BERTONCELI, 2017, p.78).

A valorização do profissional da educação básica, inclusive da educação infantil, começa a ser delineado ao longo de todo período pós LDBEN/96. Como é possível constatar no Art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no qual assegurar os profissionais com os planos de carreira. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho; (BRASIL, LDBEN 9394/96, Art. 67).

Outro avanço para os profissionais do Magistério, foi com a introdução do piso Nacional decretado na Lei Federal lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, no Art. 2 que se trata da jornada de trabalho e remuneração do profissional:

[...]§ 4o Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5o As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica (BRASIL, Lei 11.738/08, art. 2º).

A Lei de Nº 13.005/2014 decretada em 25 de junho 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de dez anos (2014–2024), incluindo 20 metas a serem alcançadas, possui também 254 estratégias, apresenta metas específicas para a valorização do profissional da educação básica. Como também voltadas para a educação infantil. A meta 15 do presente plano demonstra:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, Lei 13.005/14, Meta 15)

A presente meta em específico possui 13 estratégias, que versa sobre ampliação de programas de iniciação à docência, implementação de plataformas online para formação continuada, concessão de bolsa de estudos através de programas, implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica entre outro. A meta 17 que visa “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (BRASIL, Lei 13.005/14, meta 17) Possui 4 estratégias que aponta para, a Constituição do fórum permanente para

acompanhamento do valor do piso salarial nacional; Constituir o acompanhamento da evolução salarial; Implementar planos de Carreira e ampliar a assistência financeira específica para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério.

A formação na modalidade da educação infantil começou a se destacar dentro do campo acadêmico, servindo de muitas pesquisas e estudos científicos, “Assim, compreende-se que na prática desenvolvida no interior das instituições de educação infantil foram encontrados os problemas que desafiaram educadores e pesquisadores.” (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 820). Observar-se a quebra de paradigma, pois, a educação da criança, passa a ser observada sucintamente, considerando as especificidades, o planejamento adequado e as ações sobre a criança.

Com a vinculação das creches e pré-escolas aos sistemas de educação, as crianças pequenas e seus processos educativos passaram a ser foco de indagação. Para se conhecer a criança pequena, suas características e seus processos educativos, contribuições de áreas do conhecimento, [...] se somam às demais para ajudar a responder de maneira multifacetada quem é essa criança, como ela constitui a sua identidade e de que maneira a instituição educativa e seus profissionais podem contribuir com o seu desenvolvimento, não em termos de prepará-la para outra etapa educativa ou para o futuro, mas no contexto em que se encontra, no seu tempo presente. (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 820- 821).

Atualmente a formação de professores no curso de pedagogia, vem mantendo seu foco centrado na criança e para criança. “Faz-se necessário discutir quais as especificidades da criança pequena, quais os desafios de seus processos educativos para que se possa pensar uma formação de professores que responda a essa realidade.” (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 821). A formação do educador infantil, tem modificado intensificadamente a sua conduta na sala de aula, porém, é preciso que se observe para que “a formação e identidade docente sejam verdadeiramente valorizadas e que a prática educativa com as crianças seja adequada ao desenvolvimento infantil.” (PEROZA; MARTINS, 2016, p. 826), ou seja, é preciso que a individualidade do educador, assim, como do aluno não seja desconsiderada no decorrer no processo de formação. É válido destacar que a teoria relacionada a prática, se faz de fundamental importância para uma formação baseada nos conhecimentos teóricos e a realidade da sala de aula/ dos alunos. Relacionando esses dois campos haverá um trabalho de mão dupla.

Dentro do processo pedagógico, teoria e prática precisam dialogar permanentemente, fugindo da ideia tradicional de que o saber está somente na teoria, construído distante ou separado da ação/prática. Na concepção de

Freire, teoria e prática são inseparáveis tornando-se, por meio de sua relação, práxis autênticas, que possibilita aos sujeitos reflexão sobre a ação, proporcionando educação para a liberdade. (FORTUNA, 2015, p. 65).

Apesar da profissão de educador infantil ainda ser considerada uma profissão que não é valorizada remuneradamente. O curso de formação de professores, vem se expandindo fortemente no meio acadêmico, principalmente nas instituições de ensino superior privada que “está vinculada aos princípios neoliberais de um estado mínimo, que preconizam investimentos parcos, de modo a formar um perfil de profissional alienado, com habilidades técnicas, mas incapaz de fazer análises críticas sobre o processo de trabalho” (CONCEIÇÃO; BERTONCELI, 2017, p. 71). Muitas IES privadas, vem ofertando os cursos de pedagogia à distância, seguindo o fluxo do mercado capitalista, Bruno (2011, p. 554 apud MELLO, 2017, p. 74) “aponta que embora o mercado de trabalho tenha exigido [...] aumento da escolaridade, essa produção trata-se apenas de garantir aprendizado de conhecimento meramente instrumental e as competências trabalhadas são de caráter adaptativo às exigências do sistema”. Sendo assim, o trabalho na educação, principalmente na educação infantil, vem sendo negligenciado, seja na formação do educador, quanto nas políticas educacionais que “se tornaram mecanismos de controle [...], na formação e no próprio processo de trabalho, retirando a autonomia e tornando o professor um simples executor de tarefas.” (CONCEIÇÃO; BERTONCELI, 2017, p. 72). Pensar o educador infantil dentro dessa realidade de formação e prática docente, é necessário se pensar nos parâmetros de acompanhamento que visa a qualidade da educação, aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

Na educação infantil, se tratando do desenvolvimento da criança, deve-se respeitar a especificidade, espaço e tempo da mesma. Uma pesquisa realizada pelo site Nova Escola, vem demonstrando que pesquisas vem tentando identificar aspectos para a avaliação.

“[...] a avaliação não visa classificar a criança, serve apenas para que o professor identifique se as práticas da sala de aula estão dando resultado [...] A avaliação então precisa analisar a evolução individual das crianças ao longo do tempo para identificar se os direitos estão sendo garantidos. Tanto o docente como o coordenador precisam observar o cotidiano para planejar intervenções que levem em conta as orientações nacionais e as necessidades de cada escola e cada turma. (NOVA ESCOLA, 2018)

Cabe aqui destacar, que devido não haver um parâmetro no que tange ao monitoramento mais específico, com relação aos fatores que norteiam a qualidade da educação infantil. É preciso considerar que na atual configuração das escolas de educação infantil, muitos profissionais vêm tendo que lidar com situações que acabam sobrecarregando-

os. Como por exemplo, as novas competências e habilidades que são exigidos dos profissionais no decorrer das transformações ocorrida no contexto educacional e social, sendo necessário que os mesmos estejam sempre em formação contínua. Muitos educadores, acabam tendo que readaptar a sua prática pedagógica, que por muitas vezes, é interferindo negativamente no seu processo de trabalho devido à sobrecarga profissional. São inúmeros os fatores que podem sobrecarregar o educador, e devido essa sobrecarga, afetar diretamente a prática em sala de aula e por consequência processo de aprendizagem da criança, e qualidade na etapa de educação infantil.

Considera-se, nos sistemas escolares, a estrutura física das unidades educacionais, as normas que organizam a dinâmica das interações na instituição, os recursos materiais disponíveis para a realização das atividades, as condições de emprego – cargo, função, vínculo de contratação, carga horária de trabalho, remuneração, plano de carreira, formação continuada, como também a experiência relacional entre os sujeitos docentes e com os sujeitos discentes - e as percepções e os efeitos objetivos e subjetivos de todo esse conjunto de fatores e processos. (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p.132)

Convém discutir, mais adiante, a respeito de trabalhos e estudos realizados em escolas de educação infantil, os quais vem demonstrando o perfil de professores de educação infantil que vem lidando constantemente com desafios educacionais, cultural e social, elementos esses, contribuintes para que seja exigido dos profissionais, uma reconfiguração da sua prática fora e dentro da sala de aula, sendo capaz, de interferir no desenvolvimento e qualidade da educação infantil, como também ser os fatores contribuintes para explicar o desencadeamento do *mal-estar docente* (expressão usada, principalmente, por José Manuel Esteve em 1999) para descrever características que podem levar ao adoecimento dos educadores.

Metodologia

Para a realização dessa pesquisa foram selecionados 9 educadores atuantes da etapa da educação infantil, como sujeitos da pesquisa. Os critérios a serem utilizados para a inclusão dos participantes na pesquisa foram: a) professores que se encaixam no regime de trabalho efetivo: que estejam atuando na educação infantil, que tenham tido mais 3 anos de atuação em sala de aula e que tenham acima de 35 anos idade e b) professores de regime de trabalho temporário – como é o caso do regime especial de direito administrativos (REDA) – que estejam atuando na educação infantil e que tenha tido mais de 2 anos de experiência em sala de aula. Os critérios acima descritos, foram introduzidos à pesquisa como forma de perceber

quais as situações que essas pessoas estão sujeitas a lidar no processo de trabalho. Em cada regime de trabalho, seja ele, efetivo ou temporário trazem diferentes situações que podem recair na saúde dos professores. O regime trabalho efetivo, por exemplo, abrangem aos professores que já estão próximos do processo de aposentadoria, que já estão esgotados fisicamente e emocionalmente, que já podem apresentar falta de entusiasmo e disposição pela profissão. Já no regime temporário, os professores estão sujeitos a desvalorização, má remuneração, tensões no contrato de trabalho e entre outros.

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001), “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Uma vez definido a abordagem qualitativa da pesquisa, a mesma terá um cunho exploratório. Como forma de alcançar os objetivos almejados, a pesquisa se sucederá com técnicas de coleta de dados ou como pode ser chamado, instrumentos de coleta de dados. Afirma, os autores “O instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a medição dos dados deverá preencher os seguintes requisitos: validade, confiabilidade e precisão.” (GERHARDT et al. 2009, p. 68).

A primeira etapa da pesquisa realizou-se através de um questionário que “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. “Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69). Sendo este, de autopreenchimento, com o objetivo de recolher informações sociodemográficas. Esse questionário foi disponibilizado via internet por um período de duas semanas para os participantes, através da plataforma *Google Forms*. O contato inicial entre os participantes e a pesquisadora se deu através dos da rede social WhatsApp, que através da mesma foi possível apontar os objetivos da pesquisa, inclusive a disponibilização do link para o preenchimento das respostas. Composta de perguntas mistas “As questões mistas (fechadas e abertas) são aquelas em que, dentro de uma lista predeterminada, há um item aberto, por exemplo, “outros”. (GERHARDT; RAMOS Et al 2009, p.70). dentre elas estão, idade, sexo, raça/cor, religião, se possuem filhos e etc. Com o propósito de recolher o máximo de informações que vão além do processo laboral do participante, o agrupamento dessas respostas podem ser fatores contribuintes para o resultado final da presente pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa, foi aplicado o questionário JBEIL¹ que é elaborado e adaptado por Chafic Jbeili, inspirado no Maslach Burnout Inventory – MBIJBEILI, o objetivo desse questionário é identificar a preliminar da Burnout nos participantes. Foi disponibilizado para os participantes através da mesma plataforma citada acima, o *Google Forms*, pelo período de duas semanas, o mesmo contendo somente perguntas fechadas. Este instrumento é de uso informativo apenas contribuirá para a pesquisa no que tange o nível de saúde dos participantes com relação as características psicofísicas em relação ao trabalho dos mesmos.

Na terceira e última etapa foi aplicado uma entrevista estruturada, que ocorre quando “segue-se um roteiro previamente estabelecido, as perguntas são predeterminadas. O objetivo é obter diferentes respostas à mesma pergunta, possibilitando que sejam comparadas.” (GERHARDT; RAMOS Et al 2009, p.72). Esta etapa de coleta de dados se aplicada com o intuito de obter mais informações específicas sobre a prática docente do entrevistado, afim, de compreender melhor como a sua saúde pode refletir em sua conduta na sala de aula. As respostas coletadas, são armazenadas instantaneamente na plataforma *Google Forms*, no qual somente o pesquisador e o entrevistado têm acesso. Cabe ressaltar, que houve algumas dificuldades por parte dos participantes com relação ao instrumento tecnológico, muitos declaram não ter muita familiaridade com as plataformas tecnológicas, principalmente para aqueles com idades mais avançadas, cabendo a pesquisadora dá um suporte quanto ao manuseio da ferramenta para algumas das entrevistadas.

Resultados

Inicialmente é necessário conhecer e obter alguns dados referentes as entrevistadas, visto que essas informações são relacionais com o que se pretende obter na presente pesquisa. Sendo assim, participaram da pesquisa, 9 professoras atuantes da etapa de educação infantil da rede pública do presente município. Com a variação de idade entre 30 a 65 anos. Do presente grupo, 89% eram casadas e 11% divorciada. Todas residiam no município, das entrevistadas 78% delas possuem formação em pedagogia, 11% têm magistério e 11% licenciatura em letras, somente uma possuem uma segunda graduação que é em geografia. A maioria das participantes teve sua formação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, cerca de 78% e 22% responderam ter sua formação em outra instituição de ensino.

¹ Questionário usado para identificação preliminar da burnout elaborado e adaptado por Chafic Jbeili, inspirado no Maslach Burnout Inventory – MBI.

Quanto ao tempo de atuação 44% das entrevistadas tem menos de 20 anos de atuação na área e 56% têm mais de 20 anos atuando como professora. Quanto a carga horária de trabalho 89% responderam ter uma jornada de 40 horas semanais, enquanto 11% responderam ter 20 horas semanais. Todas responderam trabalhar em escolas municipais e quanto aos seus contratos de trabalho 33% relatam ser temporário enquanto 67% dizem ser efetivas. Como citado na anteriormente, foi usado o questionário JBEILI, a fim de auxiliar no conhecimento ao que se refere a condição de saúde das entrevistadas. Portanto no quadro 1 apresenta os níveis do burnout organizados pela pontuação obtida de cada entrevistada e por motivo de ética os nomes das professoras foram substituídos por letra.

Quadro 1 – Pontuação obtida pelas professoras no questionário JBEILI

| Níveis do Burnout | Pontuação | Professoras |
|--|-----------|--------------|
| 0 a 20 pontos: Nenhum indício da Burnout | | |
| 21 a 40 pontos: Possibilidade de desenvolver Burnout | 28 Pontos | Professora C |
| | 37 Pontos | Professora G |
| 41 a 60 pontos: Fase inicial da Burnout | 42 Pontos | Professora A |
| | 48 Pontos | Professora B |
| | 49 Pontos | Professora D |
| | 49 Pontos | Professora E |
| | 46 Pontos | Professora F |
| | 59 Pontos | Professora H |
| | 51 Pontos | Professora I |
| 61 a 80 pontos: O Burnout começa a se instalar | | |
| 81 a 100 pontos: Pode estar em uma fase considerável da Burnout | | |

Fonte: A pesquisadora

Com é apresentado no quadro acima, 22% das professoras se encaixam na pontuação de 21 a 40 pontos, no qual há uma predisposição de desenvolver burnout e 78% que se encontram na pontuação de 41 a 60 pontos, no qual indica que as educadoras já se encontram na fase inicial da burnout. Partindo desses dados será possível relacionar e estudar as questões em torno do processo laboral dessas profissionais. Foi possível identificar algumas categorias a partir da visualização das respostas das entrevistadas, foram elas: nível de bem-estar das educadoras, condições de trabalho, interferências no trabalho, relação professor

Assim, a discussão do resultado baseia-se nas presentes categorias. Adentrando na primeira categoria, quando questionado se estavam satisfeitas com saúde 56% disseram estar satisfeitas enquanto 44% disseram não estar. Portanto, foi questionado se as mesmas possuíam algum

tipo de problema de saúde e 67% das entrevistadas responderam que já foram diagnosticadas com algum problema e 33% responderam que não. Das doenças apontadas por elas estão, hipertensão com 33%, seguido de rinite alérgica com 33%, cisto nas cordas vocais com 17% e intolerância a lactose com 17%. E quanto ao uso frequente de medicamentos foi identificado que 71% não fazem uso, enquanto 29% dizem fazer uso. Dos medicamentos citados estão: dorflex, puran T4, lotar, desve, glifage xr, perlatte e losotana. Esse levantamento se insere como dados de grande relevância, uma vez que, será possível considerá-las na discussão em torno das ações e desempenhos do processo laboral das professoras entrevistadas. Para isso, cabe destacar alguns pontos importantes em torno das experiências e acontecimentos que os educadores estão sujeitos a lidar no decorrer do seu processo de trabalho. Das participantes 44% relatam ter tido um histórico de problema de saúde relacionado ao estresse ou sobrecarga de trabalho e ter buscado ajuda de um profissional. Cinco de nove professoras já tiveram que tirar licença médica do trabalho uma ou duas vezes. Foram indagadas às professoras se elas estavam satisfeitas com a qualidade de vida e 44% disseram estar insatisfeitas, enquanto 56% disseram estar satisfeitas.

A expressão “mal-estar docente”, vem sendo utilizada por muitos pesquisadores, inclusive pela autora, Ida Berger, (1957) que “lança mão de tal expressão para designar o “descontentamento dos professores” que já se apresentava à época [...]” (PEREIRA, 2016, p. 40). Outros fatores relacionados as condições de trabalho foram apontadas pelas participantes, foram eles: jornada de trabalho, estabilidade contratuais, remuneração, cursos de capacitação, recursos didáticos pedagógicos, valorização da profissão, relacionamento aluno x professor e escola x família. Um dos fatores de descontentamentos mais evidentes nas falas das educadoras foram com relação à desvalorização da profissão.

“Tenho tido um bom relacionamento com o meu trabalho, exerço a profissão com amor, pena ser uma profissão desvaloriza no nosso país. O professor é considerado pela sociedade, em muitos casos, como alguém q não conseguiu fazer outra coisa. É uma profissão desvaloriza pela sociedade.” (PROFESSORA E)

“Atualmente o educador não é visto como deveria, não é respeitado como deveria e muito menos, valorizado como deveria.” (PROFESSORA A, 2021)

Esses fatores, como apontados por Esteves (1999), é classificado como fatores secundários, que são as condições de trabalho que reflete indiretamente sobre a figura do professor. Há falas ainda, que são mais específicas e que abrangem outros aspectos influenciadores para uma desvalorização e descontentamento pela profissão.

“A desvalorização profissional e a falta de motivação por parte de pais e alunos às vezes nos fazem repensar a profissão” (PROFESSORA B, 2021)

“Acredito que deveria ter mais recursos pedagógicos e que os profissionais da educação fossem mais valorizados” (PROFESSORA I, 2021)

“A profissão “professor” tem sido muito desvalorizada pela sociedade em geral. Baixos salários e pouquíssimo incentivo por parte do governo. Porém, o que mais me dói é o desrespeito dos alunos para com os professores em sala de aula. Às vezes, passamos o final de semana planejando, buscando inovar em sala de aula, chega na segunda-feira, os alunos mal lhe enxergam em sala de aula. Isso é desmotivador[...]” (PROFESSORA H, 2021)

Quanto ao trabalho desenvolvido com os alunos da educação infantil, cabe aos professores, constantemente, aprimorarem os seus conhecimentos e habilidade quanto ao manuseio de materiais pedagógicos de forma adaptativa e lúdica, exigindo-se que haja um contínuo processo de formação, principalmente devido às constantes transformações e renovações no meio educacional. É visível nas falas das professoras, ao serem questionadas, se acreditavam que de alguma forma elas poderiam contribuir com algo a mais em relação ao desenvolvimento/aprendizagem dos seus alunos, de que há uma necessidade e interesse por capacitação e aperfeiçoamento, foram por elas citadas:

“Gostaria de ter acesso a tecnologia para inovar a minha prática, contribuindo com aprendizagem mais significativa.” (PROFESSORA D, 2021)

“Realizando mais pesquisas e buscando cursos de capacitação. Porém não é possível devido a carga horária de trabalho.” (PROFESSORA H, 2021)

“Buscando novas criatividade” (PROFESSORA F, 2021)

Outra forma de intensificação, abordado por Oliveira (2003 apud GOUVÊA, 2016. p. 210) “explica sobre os vários papéis que o professor precisa desempenhar e que estão para além de sua formação, isto é, ele desempenha funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.” A sobrecarga e exigência dos cumprimentos, direta ou indiretamente das tarefas, desmotiva o educador.

“Atualmente venho me sentindo mais próxima dos meus alunos, o que possibilita um melhor desenvolvimento do meu trabalho em sala. Já houve situações em querer desistir por estar passando um momento de desacreditar no meu real papel como educadora, turmas lotadas e alunos agressivos e sem um mínimo interesse em aprender.” (PROFESSORA A, 2021)

“No decorrer dos anos de atuação, encontrei desafios tanto na prática pedagógica, quanto no relacionamento com os alunos.” (PROFESSORA D, 2021)

“No meu ponto de vista o professor ele é visto como o único responsável pelo ensino aos educandos. Sendo que a maioria dos pais não querem estabelecer uma parceria com escola. Sinto-me desapontada com esta situação, sendo necessário a interação da família na educação dos seus filhos.” (PROFESSORA G, 2021)

Dá forma como foi relatado pelas professoras, o trabalho docente, geralmente, é muito desafiador e requer esforços de outros agentes além do professor – políticas públicas, gestão, direção da escola, funcionários, família e alunos – importantes para realização de um trabalho promissor e diferenciado com os seus alunos. A educação é um campo amplo, nos quais os profissionais se veem lidando com situações/questiones que fogem do seu conhecimento corriqueiramente no local de trabalho. É necessário desprender grandes esforços para desenvolver determinadas atividades.

Discussão

Ainda que tenhamos exposto os níveis de saúde ou adoecimento das professoras em questão e observado, ainda, as opiniões das mesmas em torno dos fatores que cercam o seu processo laboral, torna-se necessário pontuar que as educadoras não possuem uma consciência, pelo menos não explicitamente, da relação intrínseca entre a sua saúde mental e a conduta/qualidade da sua prática pedagógica. Essa consciência é de fundamental importância no contexto educacional. Pois, as responsabilidades em torno dos professores são cada vez mais evidentes, causando inseguranças e desconforto nesses profissionais, como se a figura do professor, fossem os únicos responsáveis, mas como foi evidenciado anteriormente há outros fatores que interferem diretamente ou indiretamente na postural profissional.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, vem destacando em seus estudos e pesquisas, ocorrida nos últimos anos, que reflexões relacionadas ao adoecimento do professor, vêm se delineando para que haja uma melhor compreensão do problema e promoção de estratégias para possíveis resoluções. Portanto, há a necessidade de mais congressos, assembleias que discutam e debatam com o propósito de haver uma formulação de estratégias quanto a uma formação mais específica voltada para o bem-estar do educador enquanto sujeitos, tornando essas questões mais coletivizada e politizada dentro do campo acadêmico, inserindo não só os educadores, mas também os secretários, conselheiros, diretores, coordenadores, secretários, funcionários, família e entre outros, essas figuras fazem o trabalho do educador acontecer, por isso devem estar inseridos no processo de formação e conscientização das demandas enfrentadas pelos professores.

Essa falta de compreensão sobre essas adversidades podem contribuir significativamente para o agravamento e comprometimento da saúde e do trabalho dos profissionais, infelizmente essa invisibilidade ocorre em muitas instituições de ensino, que na sua maioria, o papel do professor se resume apenas ao cumprimento de seu trabalho em sala de aula, sem considerar a qualidade do trabalho desenvolvido dos mesmos, contudo, a qualidade com que esse trabalho será desenvolvido, recairá e refletirá no desenvolvimento e aprendizagem do educando. Mas, salientando que, independentemente ter um recaimento positivo ou negativo, o professor não é o principal condicionante do sucesso ou insucesso escolar de seus alunos. O resultado é obtido a partir de um conjunto de todos os participantes do contexto escolar, direta ou indiretamente do alunado.

Um outro ponto a ser analisado, é com relação à discussão do bem-estar e saúde do professor no curso de formação/no campo acadêmico. É necessário que esse diálogo seja frequentemente abordado, para que ainda nos cursos de formação os profissionais tomem consciência desses condicionantes antes mesmo de iniciar a sua carreira profissional. Com isso, haverá uma categoria mais compreendida do seu papel social, e menos índices de adoecimento docente.

Conclusão

A inserção no universo dos professores da educação infantil, possibilitou conhecer não somente os desafios enfrentados pelas professoras, mas também as suas expectativas em torno da sua profissão. Muitas abordaram sobre a desvalorização do seu trabalho, mas mesmo diante de grande depreciação da sua profissão, muitas precisam desprender grandes esforços para realizar o seu trabalho, não por falta de interesse ou por não gostarem do que fazem, mas sim, porque o educador é impulsionado pelo próprio contexto educacional, a ocultar as situações corriqueiras de estresse emocional ou físico. Portanto, o acúmulo desses fatores, sendo negligenciados por muito tempo, pode agravar o quadro laboral dos educadores e quando isso ocorre, mesmo estando sujeitos a intensificarem o seu padecimento, ainda assim, se veem obrigados cumprirem todas as demandas educacionais.

Colocar a saúde dos professores como centro do debate, possibilita que os mesmos possam tornar-se conscientes quanto ao cuidado com a saúde, propiciando que os mesmos possam fazer um trabalho diferenciado e inovador. Cabe ressaltar, que mesmo diante de grandes tensionamentos existente no processo laboral, é possível observar o contentamento de alguns educadores em estar na sala de aula. “[...]o momento mais gratificante é a rotina

amável com a educação infantil, amo a educação infantil “[...] bem, realizada, e acima de tudo grata “[...] é uma educação aberta onde o aluno tem vez de se expressar e opinar. Acho interessante”. Se sabe que muito se foi conquistado, quanto o aos direitos trabalhistas dos professores, principalmente educadores da etapa de educação infantil, muitos planos de valorização da profissão passaram a fazer parte do cenário educacional brasileiro, o que para a categoria, é uma grande vitória. Mas é preciso avançar mais, é preciso ter capacitação, qualificação, minicursos, rodas de conversas, seminários, colóquios para toda a comunidade a do para trabalhar a saúde desses profissionais, é preciso ter um olhar mais humano com essa categoria. Apesar de ser um objeto de estudo recente, essa temática tem muito a contribuir para a valorização dos professores da educação básica e faz uma relação intrínseca entre saúde e qualidade da prática pedagógica, uma abordagem que se faz necessária ser dialogada no meio educacional.

Referências

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>.

CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini; BERTONCELI, Mariane. A profissão docente na educação infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional. **Revista Temas & Matizes**, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 64 – 84, jul./dez. 2017.

FELIPE, Jane. O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem. Et.al. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2007. p.27-38.

FORTUNA, Volnei. A relação teoria e prática na educação em freire. **REBES - Revista Brasileira de Ensino Superior**, 1(2): 64-72, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/download/1056/746>Acesso em: 31 de mar 2020.

GERHARDT, T, E, RAMOS I, C, A, Et al. **Métodos da pesquisa**. unidade 4 – estrutura do projeto de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo

Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.65-89. 2009

GERHARDT Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. **As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, OUT-DEZ 2016.

MELLO, F. M; ALVES, A. E. S. **O Produtivismo Acadêmico como Expressão da Precarização do Trabalho Docente**. Vitória da Conquista. P. 73 - 86. 2017.

NOGUEIRA, Flavia. Qualidade e avaliação: precisamos falar sobre Educação Infantil. **Nova Escola**, 2018. Disponível em: < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2085/qualidade-e-avaliacao-precisamos-falar-sobre-educacao-infantil>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. **O nome atual do mal-estar docente**. 1. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016

PEROZA Marilúcia Antônia de Resende, MARTINS Pura Lúcia Oliver. A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 809-829, out./dez.2016.

SOUZA, Aparecida Neri; LEITE, Marcia de Paula. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out.-dez. 2011.

VIEIRA, Livia Fraga; OLIVEIRA Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154 maio-ago. 2013.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Andresa Cardozo Correia

Graduanda do curso de pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)–Brasil. Participante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Formação Docente, Infância, Leitura e Ludicidade (NEPEFILL/UESB)
Email: andresacorreia.ac@hotmail.com